

**PROPOSTAS NA BASE DA PIRÂMIDE E CONSUMO SUSTENTÁVEL: LACUNAS E
AFINIDADES COGNITIVAS**

PAULO THIAGO NUNES BEZERRA DE MELO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PROPOSTAS NA BASE DA PIRÂMIDE E CONSUMO SUSTENTÁVEL: LACUNAS E AFINDADES COGNITIVAS

1. INTRODUÇÃO

O sistema econômico liberal globalizado, incentivado pelos países atualmente desenvolvidos, leva os países periféricos a ciclos curtos de modesto crescimento quando se inserem nesse sistema, sendo responsável por uma distribuição desigual das riquezas entre as nações (FIORI, 1999). Observa-se, em dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OECD, 2018), que existe uma diferença significativa entre o PIB *per capita* de 2016 em países da América Latina (periféricos na ordem mundial) como o Chile (23.004 US dólares) e a Argentina (20.382 US dólares) em comparação com países europeus de desenvolvimento avançado (centrais na ordem mundial) como Suíça (63.889 US dólares) e a Irlanda (70.880 US dólares).

Os países de desenvolvimento tardio, em geral, estruturaram um processo de desenvolvimento caracterizado pela transição de uma economia predominantemente agrária e rural para uma economia industrializada e urbana financiada pelas exportações dos excedentes de produção agrícola, a partir de um processo de substituição de importações (SOUZA, 1999). Assim, os países emergentes assumiram, e ainda assumem atualmente, os papéis de fornecedor de matéria-prima e consumidor de produtos importados acabados na ordem mundial. Nesse contexto, é interesse deste estudo discutir o desenvolvimento dos mercados emergentes, com um olhar particular na evolução de suas dimensões institucionais sobre o consumo orientado para o desenvolvimento sustentável.

As políticas protecionistas da industrialização substitutiva estimularam investimentos diretos de empresas transnacionais na implantação de indústrias para a produção de bens de consumo nos países periféricos, enquanto os países centrais concentraram o setor de bens de produção, caracterizando um desenvolvimento tecnológico e financeiro na América Latina dependente da economia dos países centrais (CARDOSO; FALETTO, 1975; CARDOSO, 1993). Apesar da dependência ao capital estrangeiro, Furtado (1994) advertia que este precisava ser controlado pelo governo em função dos interesses estratégicos nacionais como instrumento de cooperação ao desenvolvimento. Essa dominação dos países centrais para com os países dependentes da América Latina ocorreu a partir da década de 1930 e ainda se faz presente. Esta discussão é útil à compreensão dos países em desenvolvimento como incapazes para a produção e o consumo sustentável (MELO; SALLES; VAN BELLEN, 2012).

Buscando soluções para a questão do consumo e suas implicações socioambientais, diversos atores usam termos que carregam diferenças quanto à sua abrangência, tais como consumo consciente, ético, solidário, responsável, verde e sustentável, emergindo uma desordem conceitual (COSTA; TEODOSIO, 2011). Para proteger a Terra da ameaça dos efeitos dos mercados industriais modernos, os valores ecológicos destacam a necessidade de interromper o comportamento consumista irresponsável (LIPOVETSKY; SERROY, 2015). Entretanto, as empresas anunciantes passam a mensagem implícita, em suas comunicações, de que o consumidor deve comprar mercadorias e serviços oriundos de empresas que se preocupam com a sustentabilidade, sendo um consumo apropriado supostamente (SANTOS, 2013). Ruggie e Nelson (2015) ressaltam que inovações normativas podem tornar o cumprimento de normas suficiente para uma conduta socialmente responsável das organizações em relação aos seus *stakeholders*. Nesse sentido, as revisões de normas podem levar a atualizações, incorporando novas questões, tais como o consumo orientado pelos limites do meio ambiente.

Em suas discussões, Spangenberg (2002) acrescenta a dimensão institucional às dimensões econômica, social e ambiental. Essa formulação, considerando quatro dimensões do desenvolvimento, é denominada de Prisma da Sustentabilidade. A dimensão institucional do processo de desenvolvimento apareceu na Agenda 21 inicialmente, que é um documento adotado pelos membros das Nações Unidas para conduzir ações em busca da sustentabilidade nos níveis global, nacional e local (SPANGENBERG, 2002; UNITED NATIONS, 1992). Embora a Agenda 21 já tratasse da dimensão institucional em 1992, é apenas na Rio+20 em 2012 que ela entra na pauta de discussões como um assunto principal (MELO, 2013). Naquela ocasião, as Nações Unidas atribuíram o papel de criar capacidades institucionais para a produção e o consumo sustentável aos países em desenvolvimento (MELO; SALLES; VAN BALLEEN, 2012).

Entretanto, nos países desenvolvidos, devido ao alto padrão consumista da população, o impacto negativo do consumo é maior do que nos países não desenvolvidos (GLOBAL FOOTPRINT NETWORK, 2018). Quando não existem marcos regulatórios e fiscais que obriguem a produção e o consumo sustentáveis, as questões culturais ganham importância nos padrões de produção e consumo (DIAMOND, 2005). Portanto, a análise e a discussão sobre a dimensão institucional, nas formas de dispositivos regulatórios e de valores sociais compartilhados, são justificadas para avançar os padrões de consumo na direção do desenvolvimento sustentável. Atualmente, presencia-se o surgimento de uma ética social contemporânea, que busca incluir a preocupação ambiental nas atitudes dos cidadãos.

Ao mesmo tempo em que a preocupação ambiental é difundida e discutida na sociedade, persiste a dificuldade de apreender o resultado que tais discussões na forma de pensar sobre o meio ambiente e o consumo. É importante destacar que qualquer conhecimento científico que possa existir a respeito de algum problema ambiental para conscientizar lideranças políticas e a sociedade como um todo não será efetivo se não for incorporado no pensar cotidiano das pessoas relacionadas ao assunto tratado. Sobretudo, é o conhecimento de senso comum desenvolvido nas interações sociais e pela influência dos diversos veículos de comunicação social, que é efetivo na resolução dos problemas enfrentados no mundo real, inclusive os problemas ambientais. Esses conhecimentos de senso comum construído e compartilhado em interações sociais resultam no fenômeno das representações sociais, e sua compreensão é alcançada por meio da operacionalização da teoria que é apresentada neste ensaio posteriormente.

O presente estudo contribui para a compreensão do desenvolvimento da dos mercados emergentes, observando a apropriação das questões de sustentabilidade na dimensão institucional, com atenção particular para as dinâmicas de consumo. Nesse sentido, um olhar interessado em investigar a realidade e a posição da América Latina no cenário mundial, contribui para a compreensão do momento atual, que discute caminhos para o desenvolvimento sustentável. Assim, este ensaio tem o objetivo de discutir a relação entre propostas na base da pirâmide e consumo sustentável, enfatizando lacunas e afinidades cognitivas na dimensão institucional. A próxima seção discute os mercados emergentes, a orientação para o mercado na base da pirâmide e as dinâmicas de consumo orientado para sustentabilidade. Em seguida, é discutida a dimensão institucional, enfatizando o potencial analítico da Teoria das Representações Sociais. Posteriormente, são apresentadas considerações finais.

2. PROPOSTAS PARA A BASE DA PIRÂMIDE E CONSUMO SUSTENTÁVEL

A responsabilidade de garantir o desenvolvimento sustentável, implementando estratégias para reduzir as cargas sobre o meio ambiente nos países em desenvolvimento enquanto aumentam suas riquezas e padrões de vida, segundo Hart (1997), recai sobre as empresas amplamente. Prahalad e Lieberthal (1998) destacam que o sucesso nos grande mercados emergentes transforma as empresas, para além do tamanho das oportunidades e desafios que seus gestores visualizam na busca de crescimento. Dentchev *et al.* (2018) destacam a importância do contexto específico nos estudos sobre modelos de negócios sustentáveis, se referindo ao setor de atividade e ao desenvolvimento econômicos dos países. Em parceria com organizações da sociedade civil, com empreendedores e governos locais, as corporações podem ajudar a construir um sistema de governança “de baixo para cima” (HART; LONDON, 2005). Nesse sentido, a transformação social, segundo Prahalad (2005), se trata da quantidade de pessoas que acredita que podem almejar um estilo de vida da classe média, a partir de evidências crescentes de oportunidades, modelos de papéis, sinais reais de mudança.

O movimento para a sustentabilidade deve ser liderado pelas corporações, que ajudam a formatar inovações em políticas públicas e a guiar a mudança nos padrões e nos comportamentos dos consumidores individuais (HART, 1997). Cada ator – governo, empresa e sociedade – possui seus papéis, e inter-relações entre eles, para o alcance dos princípios do desenvolvimento sustentável e efetivar o consumo sustentável na base da pirâmide (SILVA; BALBINO; GÓMEZ, 2011). Os estudos sobre implementação de modelos de negócios sustentáveis nos contextos da base da pirâmide mostram a importância do imbricamento comunitário, do apoio governamental e da capacidade de economia de escala (DENTCHEV *et al.*, 2018).

Os executivos experientes devem considerar a importância do desenvolvimento sustentável e o papel que eles podem assumir, liderando as condições estruturais globais necessárias, uma vez que os governos, a sociedade civil e as agências multilaterais têm sido incapazes de realizar (HART, 2005). Novas dinâmicas de inovação estão evoluindo, de acordo com Prahalad (2012), à medida que a base da pirâmide força um novo entendimento do desempenho de preço baseado em equação de valor e apoia novas aplicações de produtos e serviços, sendo crucial participar desses mercados com inovações avançadas para o crescimento lucrativo das empresas globais. Angeli e Jaiswal (2016) fornecem orientações práticas sobre como modelos de negócios tradicionais podem ser interrompidos para servir às novas necessidades, detalhando estratégias específicas que guiam a mudança no modelo de negócio para maiores acessibilidade e inclusão.

As principais estratégias que sustentam o sucesso dos negócios na base da pirâmide, segundo Angeli e Jaiswal (2016), são a co-criação de necessidades com clientes, engajamento comunitário, envolvimento contínuo dos consumidores, inovação tecnológica, foco em recursos humanos, parcerias estratégicas, economias de escala, e subsidiação cruzada. Bendul, Rosca e Pivovarova (2017) reforçam a importância do envolvimento dos atores locais e clientes para melhorar a aceitação e o sucesso no mercado de multinacionais em países em desenvolvimento e destacam barreiras estruturais, desafios e abordagens de solução para o desenho de cadeias de suprimento na base da pirâmide. Dentchev *et al.* (2018) lançam uma agenda de pesquisa sobre modelos de negócios sustentáveis, na qual destacam, entre outros caminhos de pesquisa, o papel dos governos e os arranjos institucionais relacionados para o desenvolvimento, difusão e sucesso em diferentes contextos nacional e regional.

Arora e Romijn (2012) ressaltam que a atuação, a capacidade e o poder de compra da

população pobre são relacionais e estão imbricadas em suas relações sociais locais imediatas e restrições históricas, bem como em contextos institucionais e culturais globais. Angeli e Jaiswal (2015) alertam que as corporações multinacionais podem enfrentar dificuldades para competir na base da pirâmide com as empresas originadas localmente para esse público (*Born-BoP companies*). Essas dificuldades são decorrentes de um dualismo institucional no qual precisam atender, simultaneamente, tanto mercados de alta e baixa renda, quanto às necessidades locais e rotinas globais padronizadas (ANGELI; JAISWAL, 2015). Nesse sentido, a conceitualização dos modelos de negócios no contexto de serviços inclusivos na base da pirâmide precisa ser refinada e estendida, adicionando o processo de descoberta de valor, no qual as necessidades são identificadas e co-criadas pelos clientes e organização juntos (ANGELI; JAISWAL, 2016). É nessa discussão, ressaltando a importância de uma dimensão institucional nas estratégias para a base da pirâmide, que o presente estudo pretende avançar, sobretudo na compreensão dos aspectos necessários para o direcionamento de organizações tradicionais para esse novo mercado.

Os processos participativos em empreendimentos na base da pirâmide estão situados em estruturas de relações assimétricas locais de poder entre comunidades pobres heterogêneas e correntes de capital corporativo (ARORA; ROMIJN, 2012). Quando se trata dos limites ambientais, Hart, Sharma e Halme (2016) ressaltam que existe uma desconexão entre os estudos sobre negócios sociais e as pesquisas sobre sustentabilidade ambiental, destacando a importância de reforçar ideias e abordagens de inovação para reconciliar a erradicação da pobreza e as questões do meio ambiente. Gold e Schleper (2017) propõem a perspectiva teórica do reconhecimento para facilitar os negócios sustentáveis, que requer a atribuição constante de valores aos outros, especialmente aos pobres, e a objetos, tal como os recursos do meio ambiente, e que esses elementos possuem valores em si mesmos sem servir a razões econômicas primariamente. Tem havido uma preocupação reduzida com a dimensão ambiental nos negócios direcionados à base da pirâmide, podendo a tomada de consciência e as ações sobre a importância das questões ambientais serem ainda uma novidade (MORAIS-DA-SILVA; NOBRÉ; ORSIOLLI, 2018).

A orientação dos negócios para a base da pirâmide tem sido alvo de críticas sobre a sua postura em relação ao papel dos pobres e aos limites do meio ambiente. Arora e Romijn (2012) destacam a importância da heterogeneidade nas práticas cotidianas da vida social dos pobres e suas respostas complexas sobre como eles resistem, colaboram ou mostram indiferença para com as novas instituições do capitalismo global, que são conduzidas pelas empresas na base da pirâmide. Com relação ao meio ambiente, segundo Hart, Sharma e Halme (2016), há uma tendência de descontar as questões ambientais, remetendo a uma visão de desenvolvimento na qual esses são dois problemas independentes. O princípio do reconhecimento relembra a reivindicação genuína de que o conceito de desenvolvimento sustentável se impõe sobre todos, e guia o caminho para as empresas adotarem uma postura cuidadora, interagindo mais proximamente com as pessoas e imbricando organicamente suas ações dentro das amplas instituições para os interesses da sociedade (GOLD; SCHLEPER, 2017).

Fuchs *et al.* (2016) esclarecem que desde a Cúpula da Terra - que aconteceu no Rio de Janeiro em 1992 - os padrões de consumo e sua mudança já apareciam no Capítulo 4 da Agenda 21, principal documento do evento, que orienta ações em novas tecnologias, melhorias na eficiência e na minimização de resíduos. No início dos anos 2000, as discussões sobre produção e consumo sustentáveis intensificaram-se, sobretudo na Europa, formando redes de contatos entre profissionais para ressaltar a compreensão de como reduções radicais dos impactos ambientais e um crescimento mais equilibrado podem ser realizados em nível global (TUKKER *et al.*, 2008). De acordo com Lorek e Spangenberg (2014, p. 33, tradução

nossa), o consumo é sustentável “apenas se atende simultaneamente às necessidades humanas, em particular as necessidades essenciais dos pobres do mundo, e aceita as limitações impostas pela necessidade de sustentar a capacidade do meio ambiente de atender às necessidades presentes e futuras”. O foco no que Lorek e Fuchs (2013) chamam de “consumo sustentável forte”, que é baseado em uma perspectiva de aversão ao risco, pode revelar uma avaliação das necessidades e estratégias para mudanças radicais orientadas a um decrescimento, enquanto que a abordagem do “consumo sustentável fraco” foca na melhoria da eficiência derivada de avanços tecnológicos.

O consumo sustentável forte, embora dependa de um caminho para o decrescimento e sua maior aceitação social, pode ser uma estratégia para evitar o colapso dos ecossistemas, sendo capaz de abordar os desafios do consumo excessivo, da distribuição assimétrica de recursos e do modelo de crescimento orientado pelo otimismo tecnológico (LOREK; FUCHS, 2013). Assim, para alcançar a abordagem de consumo sustentável forte, os mecanismos para o consumo precisam ser desenvolvidos com melhores lideranças governamentais e engajamento mais forte da sociedade civil organizada, uma vez que os negócios convencionais dificilmente serão os condutores (LOREK; SPANGENBERG, 2014). Os governos podem, de acordo com Tukker *et al.* (2008), distintamente, operacionalizar a implementação de instrumentos e medidas adequadas aos paradigmas e crenças convencionais; apoiar acordos sobre objetivos de difícil planejamento, com mudanças radicais e meios incertos; e informar sobre os assuntos mais fundamentais relacionados aos problemas que conflitam com os paradigmas e as crenças convencionais. A elaboração e a implantação de políticas públicas direcionadas às práticas de consumo implicam uma articulação, ouvindo os atores da sociedade civil e do mercado para participarem juntos de uma proposta com iniciativas de difusão do consumo sustentável (COSTA; TEODOSIO, 2011).

Atualmente, o consumo é um facilitador de pequenos prazeres no combate à cristalização do cotidiano, bem como é um compensador da incompletude sentida pelo isolamento e pelo mal-estar que são acentuados em espaços de desorientação generalizada (LIPOVETSKY; SERROY, 2015). Lipovetsky e Serroy (2015) destacam que o desperdício realizado pelo capitalismo de consumo tem sido contraposto, responsabilizando os consumidores por seus estilos de vida, entre outros tratamentos. Os baixos níveis de atos individuais de consumismo político, segundo Barbosa *et al.* (2014), ocorrem devido à representação de organizações públicas ou privadas que atuam na defesa dos consumidores, à percepção de que a ação só é efetiva se for coletivizada, e à proteção das famílias para com os jovens assumirem a responsabilidade pelo seus consumos.

Para os defensores de uma visão hedonista, o consumo na base da pirâmide é favorável, destacando os benefícios para os negócios, para a sociedade e para a população de baixa renda pelas recompensas imediatas do consumo (HEMAIS; CASOTTI; ROCHA, 2013). Por sua vez, Hemais, Casotti e Rocha (2013) esclarecem que os defensores de um discurso moralista responsabilizam o consumismo pelos problemas sociais, especialmente na população de baixa renda, destacando ações manipuladoras das empresas. O cidadão recebe mensagens de estímulo à compra de produtos e serviços, ao mesmo tempo em que é demandado a refletir sobre seu consumo, sendo levado a ter comportamentos desorientados (COSTA; TEODOSIO, 2011). De acordo com Lipovetsky e Serroy (2015), as exigências ecológicas têm sido integradas na evolução dos comportamentos, fazendo surgir um hiperconsumo sustentável em vez da interrupção do consumismo. “O hiperconsumidor é aquele que luta contra os tempos mortos da vida, que procura ‘rejuvenescer’ sua vivência do tempo, revivifica-la com novidades que lhe trazem, sem riscos, o perfume da aventura” (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, p. 399).

Na condução do consumismo, a compreensão do poder é essencial, pois este cria barreiras para torna-lo sustentável, considerando quem define a agenda, as regras, as narrativas, os instrumentos de governança, seus alvos, o comportamento e as opções das pessoas (FUCHS *et al.*, 2016). As explicações do consumismo político estão nas práticas cotidianas profundamente enraizadas em instituições socioculturais específicas de uma região ou país, sendo esta a família que exerce influência no comportamento consumidor dos jovens no caso brasileiro, mas também existe uma tendência em outros países de os jovens permanecerem sob a influência da família por mais tempo (BARBOSA *et al.*, 2014).

O estabelecimento de legislações, concessões e políticas tributárias sobre consumo sustentável poderia incentivar mudanças na atuação de empresas e sociedade civil, institucionalizando um padrão de consumo mais justo (COSTA; TEODOSIO, 2011). Ao analisar o contexto brasileiro, Oliveira, Gomez e Correia (2018) apresentam uma série de papéis das empresas na promoção do consumo sustentável. Entre estes, se destacam os papéis de informante com o uso de selos e rótulos que auxiliam a tomada de decisão de compra dos consumidores, bem como o papel de desenvolvedor de produtos sustentáveis acessíveis à população em massa, considerando as dimensões da sustentabilidade na cadeia de valor (OLIVEIRA; GOMEZ; CORREIA, 2018). Ademais, o consumo sustentável é mais imperativo por causa da mudança climática, do crescimento econômico, do avanço populacional e de tendências relacionadas, mas depende de mudanças fundamentais orientadas para um novo paradigma dos sistemas ecológicos (LIM, 2017).

3. DIMENSÃO INSTITUCIONAL E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

As instituições tem sido objeto de estudo em diferentes áreas e correntes de pensamento. As análises próprias dos estudos organizacionais sobre as instituições compreendem as suas dinâmicas internas, discutindo sobre as estruturas das organizações (MEYER; ROWAN, 1977; DIMAGGIO; POWELL, 1983). Os estudos das ciências econômicas tratam dos efeitos das instituições e suas trajetórias de decisões nas ações e no desempenho econômico (NORTH, 1990; VEBLEN, 1987). Por sua vez, a discussão acerca das instituições em uma abordagem política ressalta a interdependência entre as entidades sociais e político-governamentais nas dinâmicas de desenvolvimento (MARCH; OLSEN, 2008). Alguns pesquisadores interessados no tema da sustentabilidade têm se dedicado a essa discussão, apresentando especificidades no entendimento sobre o conceito de instituições (Quadro 1).

Quadro 1: Conceitos de instituição

Autores	Conceitos de Instituição
Spangenberg (2002)	Entidades sociais em processos políticos e sistemas de regras que governam a interação dos membros de uma sociedade, podendo se referir a organizações, mecanismos ou orientações
Pfahl (2005)	Organizações, sistemas de regras, orientações tradicionais e normas sociais
Vogelpohl e Aggestam (2012)	Padrão de comportamento e orientações permanentes e internalizadas que assumem uma função regulatória implicitamente
Lopolito, Nardone e Sisto (2011)	Realização concreta da ação coletiva, que pode ser usada como recurso em novos projetos

Fonte: Elaborado pelos autores.

No presente estudo, busca-se uma compreensão da dimensão institucional que articula as orientações de Spangenberg (2002) e de Lopolito, Nardone e Sisto (2011). Com base no

Prisma da Sustentabilidade, cada instituição possui um objetivo que serve aos propósitos das dimensões econômica, social, ambiental e institucional. São eles: melhorar a competitividade da economia, proteger a coesão social, limitar o uso de matérias nos processos produtivos e fortalecer a participação civil, respectivamente (SPANGENBERG, 2002). A dimensão institucional é analisada por Lopolito, Nardone e Sisto (2011) considerando as ações coletivas e relacionando-as ao conjunto de ativos relacionais que pode afetar a capacidade produtiva de uma organização, que serve ao propósito de fortalecer a participação civil no desenvolvimento sustentável, de acordo com a ideia original de Spangenberg (2002). Contudo, as abordagens participativas da comunidade são irrelevantes para a sustentabilidade se as pessoas conservarem as mesmas crenças e valores que levaram às situações insustentáveis atuais (REED; FRASER; DOUGILL, 2006). O aspecto cognitivo nas ações coletivas, que o foco de discussão no presente estudo, é parte do sistema elaborado por Lopolito, Nardone e Sisto (2011) para avaliar a dimensão institucional. Essa dimensão está relacionada ao nível de afinidade cognitiva, que reflete o compartilhamento de visões entre os membros de um grupo social sobre a identificação de problemas e sugestões de soluções (LOPOLITO; NARDONE; SISTO, 2011). Existe uma correlação entre as dimensões culturais e institucionais para pessoas que assumem, de maneira cognitivamente elaborada, a sustentabilidade como uma de suas principais responsabilidades (STEINER *et al.*, 2018). Nesse sentido, a Teoria das Representações Sociais possui o potencial analítico para contribuir com a discussão sobre a dimensão institucional do desenvolvimento sustentável. Na área dos estudos organizacionais, Martins-Silva *et al.* (2016) afirmam que os estudos fundamentados nessa teoria têm sido incipientes e superficiais.

As representações sociais se processam e concretizam no cotidiano por meio de gestos e falas, sendo elaboradas por aspectos simbólicos, que por sua vez são produzidos por práticas sociais. As representações sociais constituem um meio de apreensão do mundo concreto, conseguindo colocar sentido e integrar o comportamento em redes de relações vinculadas ao seu objeto (que neste caso é o desenvolvimento sustentável). Assim, as representações sociais fornecem as noções que tornam estas relações estáveis e eficazes, bem como determinam o campo das ideias presentes nas visões compartilhadas pelos grupos e regem os comportamentos que são aceitos (MOSCOVICI, 2012). A formação das representações sociais está ligada aos sistemas de comunicação que o grupo social utiliza em um contexto (CAMARGO; BOUSFIELD, 2011). A teoria das representações sociais se desdobra sobre o trabalho de Moscovici (2012) dentro do escopo da psicologia social (PALMONARI; CERRATO, 2011) e teve seu domínio teórico consideravelmente expandido desde o trabalho inicial em 1961 (JODELET, 2001). A trajetória de desenvolvimento da teoria das representações sociais no Brasil tem sido marcada por uma ampla interdisciplinariedade, especialmente nas áreas aplicadas da saúde e da educação que estudam o fenômeno das representações sociais explicado na teoria (CAMARGO, 2007; CAMARGO; WACHELKE; AGUIAR, 2007).

Estruturalmente, as representações sociais são compostas por duas partes: o núcleo central e os elementos periféricos (ABRIC, 2003; SÁ, 1996). Por um lado, o núcleo central está diretamente relacionado e determinado por condições históricas, sociológicas e ideológicas, sendo marcado fortemente pela memória coletiva e pelas normas de um grupo social. O núcleo central constitui a base comum coletivamente compartilhada das representações sociais. Ele é estabelecido por meio do consenso, definindo e alcançando a homogeneidade de um grupo social. O núcleo central também tem a função de dar continuidade e consistência à representação social, uma vez que ele é estável, coerente e resistente às mudanças. Por outro lado, os elementos periféricos têm a função de fixar as representações sociais ao contexto, sendo sensível e determinado pelas características do

contexto. Novas informações ou eventos capazes de ameaçar a estabilidade do núcleo central são absorvidos como elementos periféricos primeiramente.

As representações sociais têm uma dinâmica interna que tem a finalidade de tornar algo que é desconhecido em algo familiar (MOSCOVICI, 1981; VALA, 2006). Nessa dinâmica interna, dois processos acontecem distintamente, porém simultaneamente: ancoragem e objetivação. A ancoragem coloca algo desconhecido em categorias e imagens familiares, conectando-as a um ponto de referência conhecido que possibilitam a interpretação e a comparação. A objetivação transforma uma abstração em algo quase físico, traduzindo algo que está no pensamento em algo concreto e reproduzindo o desconhecido de maneira visível e tangível. A memória é a base de ação para a ancoragem e objetivação. Na ancoragem, a memória é direcionada em busca de coisas, pessoas e eventos armazenados que sirvam para identificar o desconhecido, enquanto que a memória é direcionada para produzir conceitos e imagens que são reproduzidos sobre algo novo na objetivação.

Quando se trata de articular a teoria das representações sociais com as questões relacionadas ao meio ambiente, os estudos de Arruda (1993) e Reigota (1995) trouxeram contribuições inaugurais. No momento histórico da Rio-92, Arruda (1993) discute a sua pesquisa realizada 10 anos antes, que tratou das representações sociais elaboradas por pós-graduandos em ecologia sobre a relação entre o ser humano e o meio ambiente, com interesse nos princípios de organização dos sistemas de tais representações. Arruda (1993) também destaca que o sujeito organiza o conjunto de representações sobre o meio ambiente a partir do contexto em que está situado em relação a ele, sendo a tecnologia o recurso mais importante quando o sujeito está em situação externa e exerce ação predatória sobre o meio ambiente do que para os sujeitos que estão integrados ao meio ambiente, que consideram a tecnologia uma ameaça. Quando examinou a representação social do meio ambiente por professores participantes de um curso de especialização em educação ambiental, Reigota (1995) constatou uma representação social "naturalista", que considera o meio ambiente como sinônimo de natureza, entendida como o espaço em que os seres vivos habitam ou como o conjunto de elementos circundantes aos seres humanos.

A teoria das representações sociais permite a compreensão de problemas e soluções para o desenvolvimento sustentável que diferentes grupos sociais elaboram e utilizam em suas comunicações. O desenvolvimento sustentável tem sido constantemente discutido em diversas esferas e níveis da sociedade em busca de dar um sentido a essa ideia, sendo interpretado e representado socialmente de maneiras particulares e polissêmicas por diferentes grupos sociais (KATES; PARRIS; LEISEROWITZ, 2005). Neste estudo, o interesse é nas investigações acerca das representações sociais sobre as questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável. O presente estudo contribui para essa compreensão, apresentando resultados de estudos anteriores e ressaltando o potencial que a teoria das representações sociais oferece para compreender as relações da sociedade e das organizações para com o meio ambiente.

Allain e Nascimento-Schulze (2009) destacam que a passagem de alunos do ensino médio por uma exposição científica, que desempenhou um importante papel de reflexão, os levou a considerar os riscos dos transgênicos para a sociedade como um todo, além dos riscos para a saúde e para o meio ambiente. Além disso, Allain e Nascimento-Schulze (2009) afirmam que os alunos começaram a discutir sobre os transgênicos entre eles e com os professores, impactando em mudanças na formação da representação social. No nível de ensino superior, Bruzos *et al.* (2011) afirmam que os alunos de um curso de enfermagem possuem a ideia de meio ambiente como algo externo, que é local de interações no papel do enfermeiro. Bruzos *et al.* (2011) ainda destacam que esses graduandos constroem representações sociais superficiais, desprovidas de discussões críticas ou intenções de

intervenções profissionais efetivas. Techio, Gonçalves e Costa (2016) identificaram que a representação sobre a sustentabilidade, de estudantes universitários das áreas de ciências exatas (engenharia civil e arquitetura) e humanas, é composta pelos elementos do ambiente, meio e natureza, refletindo uma visão preservacionista da sustentabilidade e tornando a dimensão ambiental predominante e central. Techio, Gonçalves e Costa (2016) sugerem que essa representação parece orientar ações para a produção de construções mais sustentáveis, mas falta em considerar o impacto gerado na vida social e na economia do entorno para alcançar o ideal das construções sustentáveis. Por sua vez, as dimensões social e econômica do tripé da sustentabilidade estariam em processo dinâmico de transição, sendo identificadas nas zonas periféricas, por meio de expressões refletem a tomada de consciência, o desenvolvimento, a economia e a responsabilidade.

A partir das lideranças locais de comunidades em Santa Catarina, Polli *et al.* (2009) mostra o entendimento da água como um elemento essencial à vida e à saúde, que precisa ser preservado, bem como a necessidade da sustentabilidade necessária à sobrevivência. O elemento saúde aparece fortemente ligado aos elementos vida e qualidade, com grande importância no núcleo central. O centro da representação é constituído pelas palavras vida, preservação, saúde, sobrevivência, natureza e sustentabilidade, compondo um campo de homogeneidade, cujas características positivas e a prevenção de problemas relacionados à água são elementos comuns (POLLI *et al.*, 2009). A representação social sobre saúde e meio ambiente, presente no cotidiano das equipes das Estratégias Saúde da Família (ESF; ação governamental), está relacionada à salubridade do território, sendo ancorada nos elementos da água, dos resíduos sólidos, dos agrotóxicos e da poluição do ar (DIAS *et al.*, 2018). A compreensão dessa representação social, de acordo com Dias *et al.* (2018), se constitui a partir da observação dos danos na saúde causados pelo meio ambiente, levando ao manejo de questões ambientais e ações educativas para a população como práticas capazes de interferir na saúde das pessoas.

Além de apontar conteúdos e significados compartilhados, as representações sociais podem indicar a afinidade ou lacunas cognitivas sobre problemas e soluções do desenvolvimento sustentável entre diferentes atores sociais, tais como empresas, governos e consumidores. Portanto, essas estruturas relacionais de governança adquirem determinada qualidade em função da força da afinidade cognitiva entre os atores, constituindo dimensões institucionais mais ou menos efetivas para o desenvolvimento sustentável. A seguir, são apresentadas algumas considerações finais, apontando proposições para estudos futuros.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A articulação das teorias que fundamentam o presente estudo está amparada, primeiramente, na concepção do modelo de negócio social. Angeli e Jaiswal (2016) propõem um modelo de negócio social composto por quatro dimensões, que são: descoberta de valor, proposta de valor, criação de valor e apropriação de valor. Esses autores adicionam às sistematizações de modelos de negócios sociais mais conhecidas a dimensão de descoberta de valor, sendo esta proveniente da dimensão tradicional de proposta de valor. Segundo Angeli e Jaiswal (2016), a proposta de valor ao cliente é o ponto final de um processo que compreende a identificação de um problema e sua solução pelos produtores, considerando as questões de resistência cognitiva dos consumidores. As distinções entre os produtores e consumidores na identificação de um problema e sua solução geram lacunas cognitivas, que são indicadas como uma divisão institucional por Angeli e Jaiswal (2015).

Para eliminar as lacunas cognitivas e respectivas divisões institucionais entre consumidores e produtores, Angeli e Jaiswal (2016) propõem a dimensão de descoberta de

valor para os negócios sociais, na qual as necessidades dos consumidores são identificadas como resultado de um processo de co-criação entre estes e os produtores, e não impostas apenas pelos últimos. Esse processo inclui estratégias de engajamento da comunidade, possibilitando aumentar a conscientização sobre as necessidades de uma forma que seja legítima para os indivíduos (ANGELI; JAISWAL, 2016).

É na análise da dimensão institucional que este ensaio destaca as possibilidades de contribuição teórica, ressaltando as oportunidades de evolução dos mercados emergentes e a problemática do consumo, tendo em vista a limitação do meio ambiente. Nesse sentido, as diferentes visões que orientam as dinâmicas de consumo, seja hedônico ou moralista (HEMAIS; CASOTTI; ROCHA, 2013), e o nível de cidadania e ativismo político da população (BARBOSA *et al.*, 2014), estariam relacionados a movimentos de pressão no mercado. Esses movimentos de pressão podem se manifestar como posturas de resistência, apoio ou indiferença (ARORA; ROMIJN, 2012) às políticas macroeconômicas de inserção no capitalismo global (Figura 1).

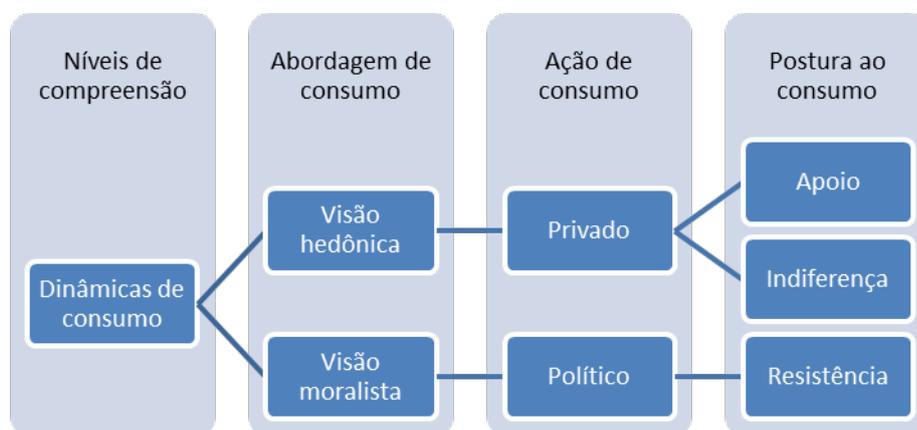


Figura 1: Dinâmicas de consumo e níveis de compreensão
Fonte: Elaborado pelo autor.

Com base no arcabouço apresentado, é pressuposto que o desenvolvimento dos países com mercados emergentes é guiado por afinidades cognitivas fortes entre consumidores ancorados em uma visão hedônica e negócios tradicionais orientados para a importação de produtos acabados. Diferentemente, a relação entre estratégias para a base da pirâmide e o consumo em uma visão moralista conduz ao desenvolvimento sustentável na dimensão institucional, que é proporcionado por afinidades cognitivas entre empresas e consumidores que refletem os propósitos da sustentabilidade. Esses propósitos são o de melhorar a competitividade da economia, proteger a coesão social e limitar o uso de matérias nos processos produtivos simultaneamente (SPANGENBERG, 2002). Ademais, as afinidades cognitivas dizem respeito à identificação e solução de problemas comuns (LOPOLITO; NARDONE; SISTO, 2011). Pressupõe-se que as divisões institucionais na afinidade cognitiva permitem o desenho de diferentes cenários possíveis entre consumidores engajados em uma visão hedonista ou moralista e suas relações com negócios tradicionais ou orientados para questões de sustentabilidade, particularmente os negócios sociais (Figura 2).



Figura 2: Cenários de divisões institucionais entre consumidores e produtores.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Um dos cenários (Cenário 1) de divisões institucionais entre consumidores e produtores corresponde a um ambiente de mercado no qual o consumidor prioriza uma visão hedonista e os negócios possuem propósitos tradicionais predominantemente econômicos. O Cenário 2 é caracterizado por um contexto com consumidores orientados por uma visão moralista e por negócios sociais. Ambos os cenários, 1 e 2, também teriam a característica de haver lacunas cognitivas menores entre os consumidores e produtores na identificação de necessidades, com a distinção de o Cenário 1 guiar a situação para um desenvolvimento espúrio e o Cenário 2 direcionar para um desenvolvimento sustentável (MELO; VAN BELLEN; ZARO, 2015). Ademais, os cenários 3 e 4 correspondem a contextos nos quais as propostas de valor ofertadas pelos negócios, sejam tradicionais ou sociais, não consideram as visões dos consumidores, gerando maiores lacunas cognitivas. O presente estudo está direcionado no aprofundamento da compreensão sobre as dinâmicas que acontecem no Cenário 2.

Para a compreensão das lacunas e afinidades cognitivas nas relações entre diferentes atores sociais, a teoria das representações sociais fornece bases apropriadas. A revisão teórica neste estudo, além de ter apresentado a teoria das representações sociais, foram mostrados os resultados de uma série de estudos fundamentados nesta teoria, que tiveram como objeto de análise o meio ambiente ou a sustentabilidade. Contudo, os estudos organizacionais fundamentados na teoria das representações sociais são incipientes e tratam a teoria de maneira superficial (MARTINS-SILVA *et al.*, 2016). A teoria das representações sociais permite aprofundar a compreensão sobre divisões institucionais entre consumidores e produtores, seja comparando seja comparando as lacunas e formas de afinidade cognitiva entre esses atores em diferentes cenários (vide Figura 2), ou comparando um mesmo cenário em diferentes locais, regiões ou culturas. É com foco neste último tipo de comparação que o presente estudo é desenvolvido. Nesse sentido, é proposto que **existem lacunas cognitivas entre as necessidades dos consumidores orientados aos novos padrões para um desenvolvimento sustentável e as propostas de valor dos negócios sociais nos mercados**

emergentes (Proposição 1). Ainda que as lacunas cognitivas sejam menores em um cenário onde as percepções dos produtores de negócios sociais e as expectativas dos consumidores em uma visão moralista estejam alinhadas, tal alinhamento completo é uma situação ideal. A compreensão sobre as divisões institucionais remanescentes torna-se relevante para as dimensões de descoberta de necessidades e de proposta de valor nesses mercados.

O presente estudo também coloca foco na dimensão institucional das relações com organizações governamentais. Desde as primeiras teorizações sobre os negócios na base da pirâmide até as discussões mais recente, as relações de parceria e colaboração com organizações governamentais têm sido vistas como elementos importantes. Ao final da década de 1990, Hart (1997) afirmou que essas relações ajudam na formatação de inovações em políticas públicas, e esses laços continuam sendo ressaltados duas década após, a exemplo de Dentchev *et al.* (2018), que ressaltam a importância do apoio governamental na implementação dos negócios sustentáveis nos contextos da base da pirâmide.

As lideranças governamentais são apontadas como atores importantes no desenvolvimento de mecanismos e políticas públicas para o consumo sustentável (LOREK; SPANGENBERG, 2014), cuja proposta, segundo Costa e Teodosio (2011), requer uma articulação com o mercado e a sociedade civil na sua elaboração e implementação. Portanto, os governos podem reforçar paradigmas e crenças convencionais, bem como as relações de colaboração e parceria podem apoiar objetivos de mudanças radicais e informar sobre os problemas que conflitam com as crenças convencionais (TUKKER *et al.*, 2008). Assim, as relações com os governos constituem uma base institucional, que é caracterizada por lacunas ou afinidades cognitivas entre as propostas dos negócios e os instrumentos governamentais. Essas relações geram um ambiente que pode ser mais favorável para a manutenção dos modelos empresariais tradicionais ou para o surgimento de negócios sociais. São imprescindíveis as entidades direcionadoras de inovações normativas (RUGGIE; NELSON, 2015), destinadas à criação, revisão ou extinção de dispositivos legais para orientar as condutas governamentais, de cidadania da população e, sobretudo, dos modelos empresariais na direção do desenvolvimento sustentável. Partindo do pressuposto de que os governos em mercados emergentes estão orientados, predominantemente, para os assuntos de crescimento econômico, enquanto que as questões sociais e ambientais são relegadas ao segundo plano, é proposto que **existem lacunas cognitivas entre as propostas de valor dos negócios sociais e os instrumentos governamentais nos mercados emergentes (Proposição 2).**

Para análise da dimensão institucional do desenvolvimento sustentável, outras teorias poderiam ser alternativas à teoria das representações sociais. Para a administração como um campo de estudo, são particularmente interessantes as teorias que avançam na construção das explicações dos processos sociais de concepção de estratégias e percepções subjetivas de desempenho, abrigadas na escola do pensamento (ou desenho) estratégico. Entretanto, essas teorias não permitem fundamentar inferências no nível relacional. Por isso, neste estudo, a escolha pela teoria das representações sociais é devido a sua adequação para analisar a afinidade cognitiva entre os participantes de um grupo social, ou entre atores sociais diferentes, visto sua pertença à psicologia social.

REFERÊNCIAS

ABRIC, J. C. Abordagem estrutural das representações sociais: desenvolvimentos recentes. In: CAMPOS, P. H. F.; LOUREIRO, M. C. S. (Orgs.). **Representações sociais e práticas educativas.** Goiânia: UCG, 2003.

ALLAIN, J. M.; NASCIMENTO-SCHULZE, C. M. A formação de representações sociais de transgênicos: a importância da exposição científica. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 25, n. 4, p. 519-530, 2009.

ANGELI, F.; JAISWAL, A. K. Competitive dynamics between MNCs and domestic companies at the base of the pyramid: An institutional perspective. **Long Range Planning**, v. 48, n. 3, p. 182-199, 2015.

ANGELI, F.; JAISWA, A. K. Business Model Innovation for Inclusive Health Care Delivery at the Bottom of the Pyramid. **Organization & Environment**, v. 29, n. 4, p. 486–507, 2016.

ARORA, S.; ROMIJN, H. The empty rhetoric of poverty reduction at the base of the pyramid. **Organization**, v. 19, n. 4, p. 481-505, 2012.

ARRUDA, A. Ecologia e desenvolvimento: representações de especialistas em formação. In: SPINK, M. J. (Org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BARBOSA, L. *et al.* Trust, participation and political consumerism among Brazilian youth. **Journal of Cleaner Production**, v. 63, p. 93-101, 2014.

BENDUL, J. C.; ROSCA, E.; PIVOVAROVA, D. Sustainable supply chain models for base of the pyramid. **Journal of Cleaner Production**, v. 162, p. 106-120, 2017.

BRUZOS, G. A. de S. *et al.* Meio Ambiente e Enfermagem: suas interfaces e inserção no ensino de graduação. **Saúde e Sociedade**, v. 20, n. 2, p. 462-469, 2011.

CAMARGO, B. V. O que o caminho interdisciplinar brasileiro da teoria das representações sociais não favorece? In: MOREIRA, A. S. P.; CAMARGO, B. V. (Orgs.). **Contribuições para a teoria e o método de estudo das representações sociais**. João Pessoa: UFPB, 2007.

CAMARGO, B. V.; BOUSFIELD, A. B. S. Teoria das representações sociais: uma concepção contextualizada de comunicação. In: ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A. (Orgs.). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2011.

CAMARGO, B. V.; WACHELKE, J. F. R.; AGUIAR, A. Desenvolvimento metodológico das pesquisas sobre representações sociais através dos grupos de trabalho das Jornadas Internacionais de 1998 a 2005. In: MOREIRA, A. S. P.; CAMARGO, B. V. (Orgs.). **Contribuições para a teoria e o método de estudo das representações sociais**. João Pessoa: UFPB, 2007.

CARDOSO, F. H. **As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1993.

CARDOSO, F. H.; FALETTI, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. 3 ed. RJ: Ed. Zahar, 1975.

COSTA, D. V.; TEODOSIO, A. S. S. Desenvolvimento sustentável, consumo e cidadania: um estudo sobre a (des)articulação da comunicação de organizações da sociedade civil, do estado e das empresas. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie (Online)**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 114-145, 2011.

DENTCHEV, N. *et al.* Embracing the variety of sustainable business models: A prolific field of research and a future research agenda. **Journal of Cleaner Production**, v. 194, p. 695-703, 2018.

DIAMOND, J. **Colapso**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

DIAS, G. L. *et al.* Representações sociais sobre saúde e meio ambiente para equipes de Estratégia Saúde da Família. **Saúde e Sociedade**, v. 27, p. 163-174, 2018.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, 48(2), pp. 147-160, 1983.

FIORI, J. L. Introdução: De volta a questão da riqueza de algumas nações. In: FIORI, J. L. (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. 2 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

FUCHS, D. *et al.* Power: the missing element in sustainable consumption and absolute reductions research and action. **Journal of Cleaner Production**, v. 132, p. 298-307, 2016.

FURTADO, C. A superação do subdesenvolvimento. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 3, p. 37-42, dez. 1994.

GLOBAL FOOTPRINT NETWORK. **Ecological Footprint Explorer**. Ecological Footprint Per Person. 2008. Disponível em: <<https://data.footprintnetwork.org>>. Acesso em 19 de outubro de 2018.

GOLD, S.; SCHLEPER, M. C. A pathway towards true sustainability: A recognition foundation of sustainable supply chain management. **European Management Journal**, v. 35, n. 4, p. 425-429, 2017.

HART, S. L. Beyond Greening: Strategies for a Sustainable World. **Harvard Business Review**, v. 75, n. 1, p. 66-76, 1997.

HART, S. L.; LONDON, T. Developing Native Capability: What multinational corporations can learn from the base of the pyramid. **Stanford Social Innovation Review**, v. Summer, p. 28-33, 2005.

HART, S.; SHARMA, S.; HALME, M. Poverty, Business Strategy, and Sustainable Development. **Organization & Environment**, v. 29, n.4, p. 401-415, 2016.

HEMAIS, M. W.; CASOTTI, L. M.; ROCHA, E. P. G. Hedonismo e moralismo: consumo na base da pirâmide. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 53, n. 2, p. 199-207, 2013.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

KATES, R. W.; PARRIS, T. M.; LEISEROWITZ, A. A. What is sustainable development? Goals, indicators, values, and practice. **Environment: Science and Policy for Sustainable Development**, v. 47, n. 3, p. 8-21, 2005.

LIM, W. M. Inside the sustainable consumption theoretical toolbox: Critical concepts for sustainability, consumption, and marketing. **Journal of Business Research**, v. 78, p. 69-80, 2017.

LIPOVETSKY, G.; SERROY, J. **A estetização do Mundo**. Viver na era do capitalismo artista. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LOPOLITO, A.; NARDONE, G.; SISTO, R. Towards a comprehensive evaluation of local action groups in LEADER programmes. **New Medit**, v. 10, n. 1, p.43-49, 2011.

LOREK, S.; FUCHS, D. Strong sustainable consumption governance—precondition for a degrowth path?. **Journal of cleaner production**, v. 38, p. 36-43, 2013.

LOREK, S.; SPANGENBERG, J. H. Sustainable consumption within a sustainable economy—beyond green growth and green economies. **Journal of cleaner production**, v. 63, p. 33-44, 2014.

MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. Neo-institucionalismo: fatores organizacionais na vida política. **Revista de Sociologia e Política**, (16)31, p. 121-142, 2008.

MARTINS-SILVA, P. de O. *et al.* Teoria das representações sociais nos estudos organizacionais no Brasil: análise bibliométrica de 2001 a 2014. **Cad. EBAPE.BR**, v. 14, n. 4, p. 891-919, 2016.

MELO, P. T. N. B. Indicadores da dimensão institucional do desenvolvimento sustentável e os objetivos da Rio +20. **Desenvolvimento em Questão**, v. 11, n. 23, p. 74-117, 2013.

MELO, P. T. N. B.; SALLES, H. K.; VAN BELLEN, H. M. Quadro institucional para o desenvolvimento sustentável: o papel dos países em desenvolvimento com base na análise crítica do discurso da Rio+20. **Cad. EBAPE.BR**, v. 10, n. 3, p. 701-720, set. 2012.

MELO, P. T. N. B.; VAN BELLEN, H. M.; ZARO, E. S. A Qualidade do Capital Social com Stakeholders: Fator de Desenvolvimento Espúrio ou Sustentável. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 4, n. 2, p. 1-17, 2015.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. **American Journal of Sociology**, 83(2), pp. 340-363, 1977.

MORAIS-DA-SILVA, R. L.; NOBRE, F. S.; ORSIOLLI, T. A. E. Empresas atuantes na base da pirâmide e suas contribuições para a sustentabilidade: quadro de análise e indicadores empíricos. **Cadernos EBAPE BR**, v. 16, n. 2, p. 286-301, 2018.

MOSCOVICI, S. **A Psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012.

MOSCOVICI, S. On social representation. In: FORGAS, J. P. (Org.). **Social Cognition**. London: Academic Press, 1981.

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University, 1990.

OECD ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **OECD Data**. Domestic Product. Disponível em: <<https://data.oecd.org/gdp/gross-domestic-product-gdp.htm>>. Acesso em: 20 de outubro de 2018.

OLIVEIRA, V. M.; GOMEZ, C. R. P.; CORREIA, S. E. N. Papéis das empresas e o consumo sustentável na visão de especialistas brasileiros. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 12, n. 2, 2018.

PALMONARI, A.; CERRATO, J. Representações sociais e psicologia social. In: ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A. (Orgs.). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2011.

PFAHL, S. Institutional sustainability. **International Journal of Sustainable Development**, v. 8, n. 1, p. 80-96, 2005.

POLLI, G. M.; KUHNEN, A.; AZEVEDO, E. G. de; FANTIN, J.; SILVA, R. F. G. da. Representações sociais da água em Santa Catarina. **Psicologia em Estudo**, v. 14, n. 3, p. 529-536, 2009.

PRAHALAD, C. K. Bottom of the Pyramid as a Source of Breakthrough Innovations. **Journal of Product Innovation Management**, v. 29, n. 1, p. 6-12, 2012.

PRAHALAD, C. K. **The Fortune at the Bottom of the Pyramid: Eradicating Poverty Through Profits**. New Jersey: Wharton School Publishing, 2005.

PRAHALAD, C. K.; LIEBERTHAL, K. The End of Corporate Imperialism. **Harvard Business Review**, v. 76, n. 4, p. 68-79, 1998.

REED, M. S.; FRASER, E. DG; DOUGILL, A. J. An adaptive learning process for developing and applying sustainability indicators with local communities. **Ecological economics**, v. 59, n. 4, p. 406-418, 2006.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 1995.

RUGGIE, J.; NELSON, T. Human Rights and the OECD Guidelines for Multinational Enterprises: Normative Innovations and Implementation Challenges. **Corporate Social Responsibility Initiative Working Paper**, n. 66, Cambridge, MA: John F. Kennedy School of Government, Harvard University, 2015.

SÁ, C. P. de. **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SANTOS, T. C. Publicidade e Consumo Responsável. **Galaxia (São Paulo, Online)**, n. 26, p. 201-213, dez. 2013.

SILVA, M. E.; BALBINO, D. P.; GÓMEZ, C. P. Consumo sustentável na base da pirâmide: definindo papéis e obrigações para a efetivação do desenvolvimento sustentável. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 5, n. 2, p. 18-33, 2011.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento Econômico**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

- SPANGENBERG, J. H. Institutional sustainability indicators: An analysis of the institutions in Agenda 21 and a draft set of indicators for monitoring their effectivity. **Sustainable Development**, v. 10, n. 2, p.103-115, 2002.
- STEINER, G. *et al.* Living sustainability, or merely pretending? From explicit self-report measures to implicit cognition. **Sustainability science**, v. 13, p. 1001-1015, 2018.
- TECHIO, E. M.; GONCALVES, J. P.; COSTA, P. N. Representação social da sustentabilidade na construção civil: a visão de estudantes universitários. **Ambient. soc.**, v. 19, n. 2, p. 187-204, 2016.
- TUKKER, A. *et al.* Fostering change to sustainable consumption and production: an evidence based view. **Journal of cleaner production**, v. 16, n. 11, p. 1218-1225, 2008.
- UNITED NATIONS. **Agenda 21**. United Nations Conference on Environment and Development, Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <<http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/Agenda21.pdf>>. Acesso em: 11 de março de 2013.
- VALA, J. Representações sociais e psicologia social do conhecimento cotidiano. In: VALA, J.; MONTEIRO, M. B. (Orgs.). **Psicologia Social**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.
- VEBLER, T. **A teoria da classe ociosa**: um estudo econômico das instituições. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- VOGELPOHL, T.; AGGESTAM, F. Public policies as institutions for sustainability: potentials of the concept and findings from assessing sustainability in the European forest-based sector. **European Journal of Forest Research**, v. 131, 2012.